



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FANNY CARVALHO BORGES DE FARIA

O PROCESSO DE DESSENSIBILIZAÇÃO DURANTE A INFLUENZA DE 1918

BRASÍLIA

2020



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O processo de dessensibilização durante a Influenza de 1918

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de licenciada em História, sob a orientação do Prof. Dr. Mateus Gamba Torres.

Brasília
2020



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O PROCESSO DE DESSENSIBILIZAÇÃO DURANTE A INFLUENZA DE 1918

Banca examinadora:

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (Orientador)

Prof. Dr. Marcelo Balaban (Avaliador)

Profª Ma. Vanessa de Jesus Queiroz (Avaliadora)

Data da defesa: 09/12/2020

BRASÍLIA
2020

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar o meu agradecimento a todos aqueles que de algum modo, direta ou indiretamente, me acompanharam até aqui, mas Mnemósine não atendeu meu pedido, e a exatidão dos nomes de todos me escapa. Então a todos, obrigada. Não foi fácil chegar até aqui, mas nenhuma jornada que vale a pena o é. E, sem dúvida, essa jornada ficará marcada em ferro nas minhas lembranças.

Agradeço a Universidade de Brasília, que não me deu uma ou duas chances, mas inúmeras que, sem sombra de dúvida, me permitiram esse momento. Agradeço aos meus mestres e colegas da Universidade, que com paciência e responsabilidade transformaram esses anos e, por consequência me transformaram. Ao meu orientador, professor doutor Mateus Gamba Torres, do Departamento de História, me faltam palavras para expressar minha gratidão, pela sua paciência e fé em mim.

Agradeço aos colegas e supervisores da empresa Tellus, um grande abraço em agradecimento pelo acolhimento nesses últimos anos e por terem me propiciado a oportunidade de trabalhar sem nenhum prejuízo às minhas atividades acadêmicas. Agradeço ainda ao Centro de Ensino Fundamental 02 do Guará, que foi onde cursei o ensino médio e me deu as ferramentas que me permitiram adentrar a Universidade.

Sou grata ao governo do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva que nos anos de seu mandato aumentou o número de Universidades Federais, o que ampliou a oportunidade e permitiu que, tempos depois, eu, que sempre estudei em escola pública, tivesse a chance cursar o ensino superior.

Agradeço a minha família, nesse momento faço uso da frase de Ariano Suassuna e digo “que lá quem não é doido junta pedra pros doidos jogar no povo”, mas quando era eu que precisava das pedras, tanto para jogar quanto para segurar, eles estiveram ali comigo. Especial agradecimento ao Thayson, Thalita e Heloísa, sem vocês eu não teria conseguido, vocês foram aqueles que me ajudaram neste processo e foram de tantas maneiras, obrigada. À, minha mãe, Anny, Fernanda, Danilo(s), Fayssal, Tia Elza, Tio Betão, Tia Carmem e outros tantos da minha família que me permitiram sonhar com esse resultado. Obrigada.

À banca examinadora meus agradecimentos pela disponibilidade e atenção.

*“Perdigotos – Que perigo!
Se estás resfriado amigo,
Não chegues perto de mim.
Sou fraco, digo o que penso.
Quando tossir use o lenço
E, também se der atchim.
Corrimãos, trincos, dinheiro
São de germes um viveiro
E o da gripe mais freqüente.
Não pegá-los, impossível.
Mas há remédio infalível,
Lave as mãos constantemente.
Se da gripe quer livrar-se
Arranje um jeito e disfarce,
Evite o aperto de mão.
Mas se vexado consente,
Lave as mãos freqüentemente.
Com bastante água e sabão.
Da gripe já está curado?
Bem, mas não queira, apressado,
Voltar à vida normal.
Consolide bem a cura,
Senão você, criatura,
Recai e propaga o mal.”¹*

¹ Cartilha de 1918 sobre a ‘Gripe Espanhola’ em forma de rima.

RESUMO

Em 1918 a pandemia da Influenza, conhecida como Gripe Espanhola chegou ao Brasil. A doença rapidamente se alastrou nas maiores capitais, ceifando inúmeras vidas. A gravidade do problema só é reconhecida tardiamente pelo poder público. Medidas de isolamento e distanciamento social foram imputadas à população, que sentia-se desamparada. Além disso, a situação precária do serviço público de saúde e do serviço funerário, somadas à falta de saneamento básico, contribuiu para agravar ainda mais o desespero presente na sociedade. Esse desespero levou a uma dessensibilização com o número de mortes, já que os sobreviventes não conseguiam cumprir todas as ações do rito funerário, nem todas as fases do luto. Assim, se faz necessária uma análise da sociedade face ao surto da Influenza de 1918, no Brasil/Rio de Janeiro, a fim de considerar não somente o ponto de vista histórico, político e social, mas, principalmente, o da saúde pública. Nesse trabalho vão ser discutidos aspectos diferentes dessa pandemia, usando como fonte o jornal *Correio da Manhã*, o local vai ser a cidade do Rio de Janeiro, e o período da pesquisa é outubro, novembro e dezembro de 1918.

ABSTRACT

In 1918 the Influenza pandemic, known as the Spanish Flu, arrived in Brazil. The disease quickly spread to major cities, taking countless lives. The seriousness of the problem is only recognized late by the government. Isolation and social distance measures were imputed to the population, who felt helpless. In addition, the precarious situation of the public health service and the funeral service, added to the lack of basic sanitation, contributed to further aggravate the despair present in society. This despair led to desensitization with the number of deaths, since the survivors were unable to fulfill all the actions of the funeral rite, nor all phases of mourning. Thus, it is necessary to analyze society in view of the 1918 Influenza outbreak in Brazil / Rio de Janeiro, in order to consider not only the historical, political and social point of view, but mainly that of public health. In this paper, different aspects of this pandemic will be discussed, using the newspaper *Correio da Manhã* as source, the location will be the city of Rio de Janeiro, and the period of the research is October, November and December 1918.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 - INFLUENZA	11
1.1 HESPANHOLA	12
1.2 CORREIO DA MANHÃ.....	18
CAPÍTULO 2 - DOENÇA E DESSENSIBILIZAÇÃO NA CAPITAL FEDERAL: A SEGUNDA ONDA DA INFLUENZA CHEGA AO RIO DE JANEIRO	22
2.1 DIFICULDADE COM O TRANSPORTE E ENTERRO DOS MORTOS.....	23
2.2 DIFICULDADE COM A CURA	25
2.3 UM CAMINHO PARA O FIM.....	30
CAPÍTULO 3 RITOS, LUTO E PSICOLOGIA	34
3.1 - MORTE E MEDO.....	38
3.2 - PSICOLOGIA	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
ANEXOS	46
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE	47

INTRODUÇÃO

Paralelo ao último ano da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), surgiu uma doença que ceifou mais vítimas do que o próprio conflito, sem cura e com alta taxa de letalidade ela fez uma sociedade que acreditava estar “apoiada na ciência moderna [...] redimida e liberta pelo saber médico” (SCHWARCZ; STARLING, 2020. p.36), para enfrentar suas limitações e até mesmo recorrer a saberes tradicionais, isso acabou por desencadear o aparecimento de uma série de remédios e curas nunca vistos, ou remédios já existentes “que, durante a epidemia, excepcionalmente, ganharam atribuições curativas para a influenza.” (GOULART, 2005. p. 113).

Mas, mesmo que “a população, diante das limitações da medicina oficial [...], passasse a utilizar ainda mais tudo o que chegava ao seu conhecimento” (GOULART, 2005. p. 113), não havia cura, e ainda não se sabia o que causava a doença. (Correio da Manhã, 23 de setembro de 1918, Edição 07149. p. 1). Tantas pessoas foram acometidas pela doença, e outras tantas morreram, que o funcionamento dos mecanismos do Estado, como hospitais e cemitérios, tiveram que se reinventar para tentar dar conta da quantidade de trabalho, mas, ainda assim, não era o suficiente, não frente à situação calamitosa que a pandemia trouxe ao Brasil.

Se criou, com isso, um cenário apocalíptico, no qual não havia tempo para enterrar todos os mortos. Devido à rapidez das mortes, como não existia uma rede de hospitais públicos, os cadáveres estavam em todos os espaços, de dentro das casas às ruas, nos hospitais, igrejas, praças e escolas. Isso levou a uma mudança na forma como a sociedade lidava com seus mortos, as pessoas se dessensibilizaram², já não era possível velar seus mortos, chorar por eles, pois não havia tempo, nem lugar. (Correio da Manhã, Edição 07177, 1918, p. 1). Nesse sentido, o que levanta a questão que esta monografia busca responder: Como foi o processo de dessensibilização na morte durante a Influenza de 1918?

Ressalta-se que a importância desta pesquisa é mensurada pela atualidade do seu tema: catástrofes, epidemias e mortes, foram, são e serão, temas atuais para o historiador, pois o ato de viver só existe diante da sua dicotomia: morrer. O tema

² Neste trabalho, uso a definição de dessensibilização do dicionário Michaelis (2006), que significa ‘ato ou efeito de dessensibilizar’, enquanto dessensibilizar é ‘fazer perder a sensibilidade; tornar insensível’ (TREVISAN, 2006, n.p.).

da morte precisa estar tão presente em pesquisas historiográficas quanto o tema da vida, pois um não existe sem o outro.

Tendo em vista que o trabalho historiográfico é realizado mediante a contextualização da fonte, faz-se necessário apresentar a nossa. Nesse sentido, o recorte temporal da pesquisa é dado entre os meses de setembro a dezembro de 1918, período este em que a Influenza devastou o território brasileiro. Como recorte espacial, elenca-se a cidade do Rio de Janeiro, ora Capital da República.

Enquanto sua natureza fundamental é levantar um debate quanto ao processo de ruptura em ritos, algumas vezes seculares, que uma tragédia do nível que foi a pandemia da Influenza de 1918 pode acarretar, de forma a usar teorias da psicologia para entender que em momentos como foi a Influenza, uma mudança em como os indivíduos lidam com a morte pode acontecer.

Quanto à fonte utilizada, optou-se pelo periódico *Correio da Manhã* (RJ). Se durante muito tempo, a imprensa foi desprezada pelos historiadores, que a consideravam 'pouco confiável' devido a carga de subjetividade e viés ideológico, hoje é, principalmente, devido essa subjetividade, que ela é escolhida como fonte. Cabe aqui salientar que ela não é usada nesta monografia com ingenuidade ou sendo a prova absoluta da verdade, pois o máximo de um trabalho historiográfico é que "nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser des-estruturado, des-montado" (LE GOFF, 1996. p. 110).

A fonte em questão, o *Correio da Manhã*, era um jornal diário popular na cidade; a escolha deste jornal foi por ele ser a gazeta que resultou no maior número de ocorrências quando pesquisado o termo 'Gripe Espanhola' na Hemeroteca Digital com o filtro para o estado do Rio de Janeiro. A escolha do termo Espanhola, com H na pesquisa, é proposital, pois na fonte foram encontradas 20 ocorrências para Gripe Espanhola, enquanto para Gripe Hespanhola foram 447.

Em alguns casos, quando necessário outro jornal da época, serão usados *O Paiz*, *Gazeta de Notícias* e *A Noite*, todos jornais do Rio de Janeiro - RJ.

Capítulo – 1. INFLUENZA

A praga de 1918 foi chamada de gripe, mas não era como nenhuma gripe já vista. Parecia mais a concentração de alguma profecia bíblica, algo como o Apocalipse, que dizia que o mundo seria primeiro assolado pela guerra, depois pela fome e, em seguida, com o rompimento do quarto selo do rolo de pergaminho prevendo o futuro, o aparecimento de um cavalo, “amarelo-pálido; o que estava montado nele tinha por nome Morte e seguia-o o Inferno. (KOLATA, 2002. p. 15).

Segundo Hays (1998), existem pesquisadores que defendem que o surto da Influenza de 1918 se iniciou nos Estados Unidos, e foi propagado para países da Europa, principalmente pelos soldados aliados que embarcavam em navios com destino à Guerra. Assim, ela foi depois para o resto do globo; todavia, ainda não há consenso de onde a doença se originou. Há também pesquisadores que defendem que a doença tenha se originado na China, historicizando o surgimento da gripe em um episódio da Primeira Guerra Mundial, o qual contou com o envio de trabalhadores chineses para os Estados Unidos, pelo Canadá em vagões lacrados.

Foram encontrados registros que confirmam a mobilização de 96.000 trabalhadores chineses, aos quais foram destinados os trabalhos por trás das linhas britânicas e francesas na Frente Ocidental da Primeira Guerra Mundial, gerando, assim, a possibilidade de ter sido a fonte da pandemia (HUMPHRIES, 2003. p. 101). Porém, a teoria mais aceita é que a doença se originou Estados Unidos, onde datam as primeiras mortes por Influenza em fevereiro de 1918. Assim sendo, tem-se aqui a primeira das três ondas epidêmicas desta doença.

Datando entre março e abril de 1918, a primeira onda foi a menos fatal, não chegou a todos os países e foi tratada pela imprensa brasileira como sendo uma doença “com uma intensidade notável [...], embora sem caracter de gravidade” (Jornal O Paiz (RJ), Edição 12348, 1º de agosto de 1918, p. 2); a primeira onda não chegou no Brasil. A segunda onda, no entanto, foi extremamente virulenta e presente em todas as camadas da sociedade, e é sobre ela que este trabalho estará se referindo quando citar a Influenza de 1918.

A terceira onda, de fevereiro a maio de 1919, embora mais letal que a primeira, não matou tanto quanto a segunda³, a soma das três ondas fez com que

³ Sobre isso, o jornal Correio da Manhã (RJ) de 18 de março de 1919, informa o seguinte: “Não resta dúvida de que a gripe hespanhola esta outra vez nesta capital, irrompendo em seus focos principais nos quartéis, como aconteceu nas primeiras manifestações de outubro. Já se sabe que as autoridades militares adoptaram medidas rigorosas, a fim de evitar quanto possível a sua

em menos de dois anos, de acordo com Hays (1998), a doença devastasse o mundo, e que somente alguns locais, como o norte da Islândia e algumas ilhas da Samoa Americana, não fossem afetados.

Exatamente por ter chegado em tantos locais e em tão pouco tempo, não existe unanimidade entre as fontes sobre o total de mortos na epidemia da Influenza de 1918. Contudo, segundo Goulart (2005), o número estaria entre cinquenta e cem milhões de pessoas no mundo. Já no tocante ao Brasil, há quem diga que 50 mil pessoas morreram vítimas da Influenza de 1918, outros já afirmam que até 300 mil morreram (SCHWARCZ; STARLING, 2020. p.337).

A Influenza de 1918, que no Brasil já foi chamada de: Gripe Hespânica, Epidemia Nefasta, Moléstia, Peste de Dakar ou apenas Peste, Morte-cinzenta, *La Dançarina*, Bixa, Puxa-puxa, essa especialmente no Rio de Janeiro, “Mal de Seidl”⁴ e, provavelmente outras alcunhas criativas que não ficaram para a História, porém o simples fato de nomear uma doença já significava, no mínimo, “o reconhecimento social da existência da moléstia, bem como o terror que ela trazia consigo”. (SCHWARCZ; STARLING, 2020. p. 26)

O nome mais famoso da doença, e aquele por qual ela ficou conhecida, é *Gripe Hespânica*, porém, sempre que possível, esta monografia usará o termo Influenza de 1918, em detrimento de ‘*Gripe Hespânica*’, pois o termo “Hespânica” não faz referência à origem da doença, mas sim porque foi a imprensa da Espanha que ficou conhecida por divulgar primeiramente as notícias da doença para o mundo, já que outros países sofriam censuras, em consequência da 1ª Guerra Mundial. (KOLATA, 2002. p. 21).

1.1 ‘HESPANHOLA’

A literatura médica está cheia da descrição de surtos epidêmicos [...] e finalmente o de 1918 que varreu o mundo, causando maior número de mortes que a Primeira Grande Guerra. Diziam que sua mãe era a trincheira e seu pai, aquele filho da puta do kaiser. Seu nome de batismo foi Influenza

propagação, mas nem por isso deixa de ser grave o perigo que defrontamos. Depois de tão amarga experiência.” (CORREIO DA MANHÃ, EDIÇÃO 07324, 18 de março de 1918. p.1).

⁴ O nome “Mal de Seidl” era uma crítica ao diretor de saúde pública Carlos Seidl, por sua demora em ações efetivas contra a Influenza, como mostra essa passagem do jornal Gazeta de Notícias: “A terrível pandemia, conhecida pelo nome de influenza hespanhola, ou “mal de Seidl”, porque deve a sua disseminação à ignorância dessa autoridade sanitária” (GAZETA DE NOTÍCIAS, EDIÇÃO 00287, 16 de outubro de 1918. p. 1).

espanhola ou mais simplesmente Espanhola. Não, seus pais não foram a conflagração europeia e o imperador Guilherme II (NAVA, 1976. p.62).

Contudo, ainda que não seja possível alegar que a Primeira Guerra Mundial causou a gripe, circunstâncias econômicas e políticas da guerra certamente contribuíram para gravidade da influenza. A guerra reuniu a aglomeração de jovens em acampamentos e em navios, além disso, muitos civis foram reunidos em manifestações e desfiles patrióticos. Além disso, a demanda por médicos e enfermeiras deixaram setores civis sem profissionais de saúde.

Embora a guerra e a pandemia agissem juntas em algumas áreas do mundo, Hays (1998), afirma que as maiores devastações da gripe ocorreram em lugares muito distantes do estresse da Guerra ou pelo menos do local do combate. Um exemplo é a Índia. Como o impacto demográfico da doença deixa claro, as condições sociais de pobreza desempenharam um papel muito maior na mortalidade da influenza, embora a guerra possa ter feito sua contribuição para aumentar a letalidade.

O volume de tráfego humano em navios de guerra em 1918, foi um fator agravante na rápida propagação da gripe. Longe das costas, as ferrovias assumiram um importante papel difusor. As diferentes experiências da Índia e da China ilustram seu poder. A Índia, com sua extensa rede ferroviária construída pelos britânicos, pode ter perdido 18 milhões de pessoas com a gripe (HAYS, 1998. p. 275).

Embora as estatísticas chinesas tenham sido menos exploradas, as estimativas das mortes por influenza variam cerca de um milhão até nove milhões, em uma população bem maior do que a da Índia (HAYS, 1998. p. 275). Isso explicaria o número bem menor de mortes no Brasil, pois não havia aqui essa infraestrutura de transporte.

Por essa razão a Influenza de 1918 se propagou muito mais rápido do que qualquer outra doença que o mundo já tivesse visto, já que o início do século XX trouxe consigo tecnologia aos meios de transporte, transformando a velocidade das jornadas – e, por conseguinte –, a velocidade das doenças também. Nesse sentido, muitos países adotaram a censura das notícias sobre epidemia, pois a doença estava afetando “profundamente a capacidade bélica dos exércitos” (GOULART, 2005. p. 102).

De acordo com o inspetor sanitário da Diretoria Geral de Saúde Pública, na época José Paranhos, a censura imposta acarretou atrasos no combate da doença e

na desinformação e incompreensão da população diante dos acontecimentos, o que gerou grandes tensões e críticas. (FONTENELLE, 1919 *apud* GOULART, 2005 p. 105-106). Essa censura também foi uma razão para a alcunha “Pandemia esquecida”, que a Influenza de 1918 recebeu (Crosby, 2003. n. p.).

Todavia, a "pandemia esquecida" também atraiu o esquecimento, em parte porque os efeitos mais terríveis ocorreram fora do mundo ocidental. A estimativa recente de 50 milhões de mortes em todo o mundo inclui cerca de três milhões na Europa e América do Norte, onde as taxas de mortalidade variaram entre cerca de 3 e 12, por 1.000 habitantes. (Nos Estados Unidos, por exemplo, o número era de cerca de 6 por 1.000.) (HAYS, 1998. p. 277).

Taxas de mortalidade em alguns países latino-americanos como o México, por exemplo, pode ter sido cerca de 20 (por 1.000 habitantes). As taxas africanas eram enormes: 44 (por 1.000 habitantes), na África do Sul, 58 (por 1.000 habitantes) no Quênia. No Senegal, talvez 47.000 pessoas morreram de gripe em 1918. (HAYS, 1998. p. 277).

No Brasil, apenas em São Paulo, foram 5.331 vitimados, (BERTOLUCCI-MARTINS, 2003); no Rio de Janeiro, cerca de 15 mil pessoas morreram (GOULART, 2005); em Salvador, cerca de 130 mil pessoas foram infectadas. (SOUZA, 2005). Já as taxas asiáticas, eram comparáveis ou até maiores. Se estima entre 17 a 18 milhões de mortes na Índia, um número que significaria uma taxa de mortalidade de cerca de 60 por 1.000 (HAYS, 1998. p. 275-276).

Nunca houve condições ou mesmo interesse em se contar o número de mortos causados pela gripe espanhola no Brasil. Sabe-se que no Rio de Janeiro faleceram oficialmente 12.388 gripados e em todo o Estado de São Paulo, 12.386. Somados esses números com dados parciais de outros dez estados, chega-se ao total de 35.240 óbitos gripais, cifra que certamente está abaixo do número real de brasileiros vitimados pela epidemia de 1918 (BERTOLI FILHO, 2003. p. 74).

As informações sobre a ‘*hespanhola*’, que já era conhecida por suas vítimas europeias, só começou a ganhar concretude e visibilidade na imprensa carioca, quando os integrantes da Missão Médica Militar, que se encontravam a caminho de Dakar, a bordo do navio La Plata, foram adoecendo um a um, de um mal que até então era um mistério.

As primeiras vítimas brasileiras, foram três membros da “missão”⁵, fora eles, mais 16 membros foram hospitalizados, além de outros, cujo estado era menos grave. A missão estava embarcada entre Dakar e Oran (Correio da Manhã, 22 de setembro de 1918, Edição 07148. P. 3), ao fim, 156 brasileiros morreram a bordo da missão La Plata. Essas notícias chegaram ao Brasil antes da doença, mas foram tratadas “com descaso e em tom “pilhérico”, até mesmo em tom de “pseudocientificidade” ilustrando um estranho sentimento de imunidade face à doença” (GOULART, 2005. p. 102)

Em solo brasileiro, a Influenza de 1918, teve o primeiro contato em setembro de 1918, enquanto o mundo sofria com a segunda onda da doença. A teoria mais provável é que a Influenza veio a Bordo do Navio Demerara, que aportou no Rio de Janeiro em 21 de setembro de 1918 (Correio da Manhã, 23 de setembro de 1918, Edição 07149. p. 1).

Quando a epidemia chegou no Brasil, o então Diretor de saúde Carlos Sadl, disse que, com base nas experiências de outras nações com a primeira onda da doença, haveriam três vertentes que explicariam a origem da Influenza, sendo a primeira, que seria a corrente oficial tanto em Portugal, quanto na Espanha, de que tratava-se de uma “*grippe*, benigna a princípio, e agora *aggravada* e mortal” (Correio da Manhã, 23 de setembro de 1918, 1918, Edição 07149, p. 1). A segunda explicação para a doença é que seria uma “*grippe sui generis*, anormal, mas *grippe* sempre”. Já a terceira explicação é que a doença seria a “*febre de três dias*”, causada por um “agente invisível e filtrável como o da dengue e da febre amarela, e transmitida principalmente pela fêmea de uma espécie de mosquito o *Phelebotomus papatasi*”⁶ (Correio da Manhã, 23 de setembro de 1918, 1918, Edição 07149. p. 1).

Nessa mesma edição do Correio da Manhã, Carlos Seidl repete as orientações que recebeu em uma “nota oficial da autoridade sanitária do Porto”, que tornava pública algumas orientações sobre o que deveria ser feito em Portugal, mas que, segundo ele, poderia também ser feito no Brasil, pois seriam “conselhos úteis em qualquer hipótese”. Essa nota diz que a doença é “epidêmica, porém benigna” - isto é, que não gera sequelas graves -, mas que seria “difícil evitar a transmissão

⁵ Missão médica brasileira que ia no Navio La Plata para a França auxiliar na 1ª Guerra Mundial (GOULART, 2020).

⁶ Mosquito-palha, birigui, cangalha ou tatuquira.

da doença, por esta se fazer pelo ar e muito facilmente” e ainda faz a seguinte orientação:

[...] a unica medida prophylatica de real valor está em evitar a permanencia em lugares fechados onde haja grande aglomeração de pessoas ou onde esteja algum atacado do referido mal; devem arejar-se largamente as habitações e lugares do trabalho. E’ para aconselhar o uso de preparações desinfectantes das vias nasaes e garganta (CORREIO DA MANHÃ, 23 de setembro de 1918, Edição 07149, p. 1).

Então, apesar de não ser possível dizer a origem da doença, de acordo com os intuitos da defesa sanitária, era possível a disseminação da doença entre as pessoas, por meio de suas roupas, pela água, pelos alimentos e por insetos. (O Paiz (RJ), 5 de outubro de 1918, Edição 12413, p. 6).

Diante disso, entre as medidas de prevenção a serem adotadas, estariam a de realizar uma correta profilaxia dos ambientes e dos utensílios, evitar aglomerações e ambientes fechados e, não visitar outras pessoas. Ademais, as pessoas acreditavam que os próprios defuntos atacados pela doença também infectavam o ambiente. (Correio da Manhã, 22 de outubro de 1918, Edição 07178. p. 3).

Apesar dos esforços da comunidade médica da época, havia mistério sobre a doença, na qual o contágio era acelerado e com alta taxa de letalidade (GOULART, 2005. p. 8). A falta de recurso da medicina e conhecimentos sobre o contágio, diagnóstico, cura, somados à lentidão do governo em prestar respostas satisfatórias, fizeram com que a população se sentisse à mercê da própria sorte, pois ela estava vendo a cada dia o número de pessoas que morriam da doença, aumentar.

Essa alta taxa de óbitos atingiu, especialmente, os mais pobres, moradores de cortiços, vilas operárias e comunidades, com maior letalidade entre 20 a 45 anos, sendo que o comum fosse que a gripe vitimasse os indivíduos de idade avançada⁷, mas “contrariando essa tese, a gripe de 1918-1919 foi benigna com os velhos – a maioria alcançou a cura – e severa com os indivíduos com idade entre 15 e quarenta anos” (SILVA, 1919, p. 44 *apud* SOUZA, 2008. p. 968).

Contrariando essa afirmação de Souza (1919), a Influenza matou sim um grande número de crianças e idosos. O que colabora com isso é a teoria de que a

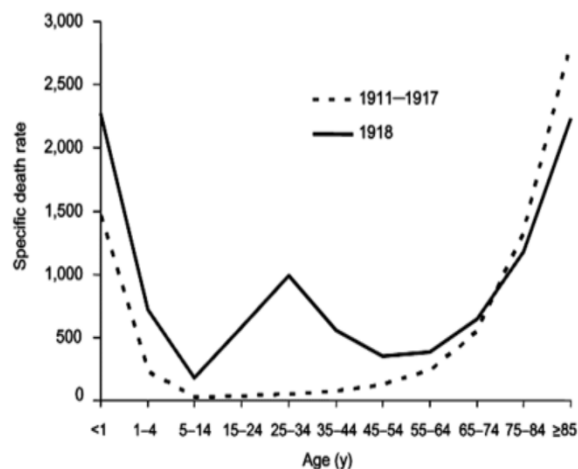
⁷ Com a replicação do vírus, feita em 2005 em laboratório, outra explicação para a mortalidade inferior entre os mais velhos é porque aqueles que que haviam nascido antes de 1889 teriam tido exposição a um vírus então circulante capaz de fornecer imunoproteção parcial contra o vírus de 1918 (TAUBENBERGER e MORENS, 2006 p. 19).

maior letalidade entre os mais jovens foi porque eram eles que, como pessoas aptas ao trabalho, “saíam mais às ruas, que enfrentavam condições precárias, além de uma pesada e prolongada jornada de trabalho. Esse tipo de situação tornava estas pessoas vulneráveis ao contágio e ao um possível óbito” (BASSANEZI, 2013, p. 84 apud KIND e CORDEIRO, 2020. p. 6).

Explicação diferente para a alta taxa de mortalidade entre os jovens é que o vírus que deu origem a Influenza de 1918 (H1N1) provocava uma resposta inflamatória muito forte nos mais jovens, porque esse causava uma hiper-reação do sistema imunológico (WIT et al., 2018. P. 1245), e era essa reação - conhecida como tempestade de citocinas - que os matava. Então quanto mais saudável a pessoa fosse, maior seria a resposta do seu sistema imunológico contra a doença, por essa razão o grande número de mortes entre os jovens e adultos, pois, normalmente é aquele grupo com um sistema imunológico mais saudável.

Segundo Taubenberger e Morens (2006) essa característica fez com que, quando feito um gráfico com os dados de morte e idade das vítimas da Influenza de 1918, esse gráfico criasse um W, como a figura 1 abaixo mostra, onde as crianças, os jovens entre 20 e 30 anos e os idosos fossem o maior número de casos fatais. Enquanto o gráfico de uma gripe normal cria um V, pois as vítimas fatais são, normalmente, as crianças e os idosos.

Figura 1 – Gráfico relação morte/idade



Fonte: Taubenberger e Morens (2006).

Também impressionou a maioria dos médicos o fato de indivíduos aparentemente recuperados voltarem a manifestar seriamente a doença, “como se em seu organismo não substituísse nenhum elemento capaz de desencadear o processo biológico de imunização” (SILVA, 1919, p.44).

Com todos esses fatores, a cidade do Rio de Janeiro logo foi tomada pela “epidemia da gripe”, e tornou um “vasto hospital” (Correio da Manhã, edição 07171 de 15 de outubro de 1918. p. 1), haviam muitos doentes e mortos, e dois dias depois em 17 de outubro de 1918 o jornal dizia que a epidemia tomava proporções de um “verdadeiro flagello” (Correio da Manhã, edição 07173 de 17 de outubro de 1918. p. 1). Já em 22 de outubro 930 pessoas morreram da Influenza de 1918 na cidade do Rio de Janeiro, esse número para uma cidade com 910.710 de habitantes corresponde 0.102% da população da cidade morrendo em um único dia (FONTENELLE, 1919 *apud* GOULART, 2005. P. 105).

Em 31 de outubro de 1918, a estatística feita pela polícia do Rio de Janeiro sobre os mortos pela epidemia, era de 7.730 pessoas, com uma média diária de 403 mortes pela ‘hespanhola’. (Anexo 1), mas, mesmo o jornal, reconhece que nesta estatística haviam casos não noticiados, por exemplo, todos os casos dos cemitérios de Inhaúma e Murundú não estavam sendo contabilizados nesse gráfico (Correio da Manhã, 31 de outubro de 1918, Edição 07187. p. 1).

Esse tipo de cálculo incompleto é um dos motivos pelos quais ainda não sabemos quantas pessoas morreram da Influenza de 1918 no Brasil, pois haviam muitos casos de subnotificação, que aconteciam principalmente porque somente as pessoas que morriam nos hospitais, Santas Casas e funerárias eram contabilizadas⁸. Todavia, mesmo assim, foram registrados por volta de 15.000 casos de gripe no Rio de Janeiro em 1918, enquanto a média de casos de gripe no Rio de Janeiro nos 10 anos anteriores (1907-1917) foi de 638,62 casos por ano. (Anexo 2).

Diante dos grandes números de mortes no Rio de Janeiro, então capital federal: “instantaneamente, a cidade se viu à beira de um colapso. Faltavam alimentos, remédios, médicos, hospitais que recolhessem os doentes mais graves.

⁸ “Pelo número de enterros encomendados a funeraria e os óbitos verificados na Santa Casa, e os registrados pela policia, pôde-se avaliar em 400 os casos fataes verificados hontem.” (CORREIO DA MANHÃ, 1918, edição 07176 de 20 de outubro de 1918, p. 1).

Remédios e alimentos foram alvos de superfaturamento devido à situação em que a cidade se encontrava” (GOULART, 2005. P. 108).

1.2 CORREIO DA MANHÃ

Com a mudança na concepção do que é fonte, consequência da guinada historiográfica resultada pela revista dos *Annales*, houve uma “revolução documental” e a nova definição daquilo que é fonte histórica. A historiografia brasileira, que sempre se alimentou nas teorias da historiografia francesa, começou então a aproveitar, enquanto possível, dessa documentação tão vasta e cheia de possibilidades para a construção do discurso.

Todavia, o historiador não pode abordar fontes de maneira autônoma desvinculando-os da sociedade que o produziu, “o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico”. (SOSA, 2007 *apud* LAPUENTE, 2016 p. 16).

Poucas palavras e muita sinceridade, porque desta coluna estamos escrevendo para o povo. O Correio da Manhã não tem e nem terá jamais ligação alguma com os partidos políticos. (...) jornal que propõe, e quer de veras defender a causa do povo, do comércio e da lavoura, entre nós, não pode ser um jornal neutro. Há de, forçosamente, ser um jornal de opinião, e, neste sentido, uma folha política. (...) Mas desta política, desapaixonada e nobre, só uma imprensa francamente independente pode se ocupar. (...) O povo está cansado, o povo sente que lhe ocultam a verdade, e que transformam até seus clamores em uma antífona sacrílega de aplausos. O povo quer a verdade, ele compreende que só ela salva e redime, embora às vezes fira. E hoje, mágoa é dizê-lo, todo o programa de um jornal, sincero e independente, pelo qual o povo anela, se pode resumir nestas palavras: dizer a verdade. É para dizê-la que aqui estamos. CORREIO DA MANHÃ, 1951, Edição B17864, p. 1).

Lançado em 15 de junho de 1901, o Correio da Manhã foi fundado por Edmundo Bittencourt, que se comprometeu a fazer um jornal que estivesse alinhado com a defesa dos interesses populares, estabelecendo o periódico também como oposição ao governo. Na primeira edição do jornal, Edmundo Bittencourt declarou que “o Correio da Manhã não tem nem jamais terá ligação algumas com partidos políticos”. (Almanaque do Correio da Manhã, 1944).

O Jornal Correio da Manhã começou a circular no sábado, dia 15 de junho de 1901. A primeira edição impressa tinha 6 páginas com 43,5 centímetros de largura e

61,3 centímetros de altura, sendo três delas destinadas aos anúncios. Cada página era dividida em oito colunas com a mesma largura, as colunas verticais eram compostas por fios simples e as horizontais por fios simples, duplos e vinhetas. Sua redação era na Rua Moreira César, número 117, que hoje é conhecida como Rua do Ouvidor, no Centro do Rio de Janeiro, sua tiragem foi de três mil exemplares no ano de fundação e trinta mil em 1910 (BARBOSA, 2007 *apud* FONSECA, 2008. p. 195). No dia da inauguração, Edmundo Bittencourt, fundador do jornal, escreveu um editorial intitulado "Compromisso com a verdade/Um jornal de opinião":

O Correio da Manhã foi considerado um dos jornais mais noticiosos da imprensa brasileira; destacava-se por publicar gravuras dos fatos e personalidades importantes na época (Lloyd et al., 1913, *apud* Fonseca, 2008. p. 167).

No período em que o jornal foi criado (1901), o Brasil era governado pelo Presidente Campos Sales, que lidava com problemas do país, oriundos do passado colonial, como a dependência econômica do comércio exterior do café, além de outros como as consequências da Guerra dos Canudos (1897), Abolição da Escravidão (1888) e Proclamação da República (1889). O presidente defendeu em seu livro *Da Propaganda à Presidência* (1908) uma imprensa como razão de Estado. Nesse pensamento a imprensa é aliada ao pensamento governista. O Correio da Manhã foi criado para estar na oposição desse pensamento, pois era contra as oligarquias e políticas governamentais que se divergiam e se distanciavam dos direitos da população.

O Correio da Manhã acusava o jornalismo carioca da época de prestar serviço de propaganda ao governo, pois quase todos os jornais, recebiam pagamento para publicar matérias favoráveis e acabavam não conseguindo ter autonomia para publicarem de forma independente. Várias denúncias foram feitas, onde alegavam que o suborno era feito com dinheiro público (Correio da Manhã, 15 de junho de 1901, Edição 00001).

Com essa justificativa, o periódico veio com o intuito de trazer a verdade, sem se submeter à pressão política. Liberal e progressista, defendia pautas como saneamento e modernização do Rio; e foi contra a vacinação obrigatória em 1904, por acreditar que tal conduta feria os direitos a liberdade individual.

O governo arma-se desde agora para o golpe decisivo que pretende desferir contra os direitos e liberdades dos cidadãos desse país. A vacinação e revacinação vão ser lei dentro em breve, não obstante o clamor levantado de todos os pontos e que foi ecoar na Câmara dos Deputados através de diversas representações assinadas por milhares de pessoas (CORREIO DA MANHÃ, 07 de outubro de 1904, Edição 01212. p. 1).

Com representantes em várias cidades e no exterior, o Correio da Manhã foi considerado um dos jornais mais noticiosos⁹ (Lloyd et al., 1913, apud Fonseca, 2008. p. 167) da época. Formado por grandes nomes como José Veríssimo, Souza Bandeira, Medeiros e Albuquerque, Coelho Netto, Carlos de Laet, Affonso Celso, e Manuel Victorino.

O jornal era preocupado com uma boa escrita e que ela fosse encarregada de passar aos seus leitores emoções, preocupados também com a estética, incluíam fotos, e juntos com seus fiéis leitores ele sempre se envolvia em polêmicas em suas publicações, pois para o Correio da Manhã o que ilustrava melhor o que deveria ser combatido era a Oligarquia política, herança do antigo regime.

O periódico não se intimidava diante dos conflitos, criou inimigos, chegando até mesmo a ser fechado diversas vezes, já que ele “atacava as manifestações de intervencionismo do Estado” (Barbosa, 2007 apud Fonseca, 2008. p. 167). Esse posicionamento lhe rendeu inúmeros episódios de represálias por parte dos representantes do governo; porém, manteve-se em circulação por décadas.

Como dito anteriormente o Correio da Manhã se preocupava com questões estéticas, no início do século XX investiu em avanços da indústria gráfica e utilizou de ilustrações e fotografias para dar mais riquezas as matérias, título de cabeçalho em caixa alta, com tipografia de serifas egípcias.

Os nossos leitores ficarão assim a par de todo o movimento das grandes capitais e conhecedores das modificações que se dão na política internacional. Além desses melhoramentos, o material tipográfico será completamente transformado a fim de que o Correio da Manhã em todos os pontos corresponda às exigências de um jornal moderno, também cuidando de sua parte estética (CORREIO DA MANHÃ, 02 de janeiro de 1902, Edição 00202. p. 1).

⁹ Segundo o dicionário Michaelis (2006), noticioso significa “Em que há muitas notícias” ou “que sabe ou dá notícias”, seriam aqueles jornais com mais notícias, do que outros que teriam mais propagandas ou crônicas (TREVISAN, 2006, n.p.).

Quanto as outras fontes, que às vezes vieram a ser necessárias neste trabalho, foram elas os periódicos: O Paiz (RJ), Gazeta Nacional e A Noite. Enquanto o Paiz (RJ) e a Gazeta de Notícias foram criadas com um caráter antimonárquico e abolicionista no final do século XIX, A Noite foi criada por jornalistas dissidentes da Gazeta de Notícias em 1911 e se definia em uma “linha política oposicionista” (FERREIRA, 2001. p. 1).

O periódico ‘O Paiz’ (RJ) “nasceu negando sua aproximação com os republicanos, e buscando uma neutralidade partidária.” (PESSANHA, 2006. p. 36) e durante a Primeira República ele tornou-se situacionista ao governo (BRASIL, 2015. n.p.). Enquanto a Gazeta de Notícias, que em sua fundação tinha como objetivo “lutar pela abolição da escravatura e pela proclamação da República”, no início da República Velha tornou-se governista e “passou a se identificar plenamente com a situação, funcionando (...) como defensora das elites agrárias.” (LEAL, [20-?], n.p.)

Capítulo – 2. DOENÇA E DESSENSIBILIZAÇÃO NA CAPITAL FEDERAL: A SEGUNDA ONDA DA INFLUENZA CHEGA AO RIO DE JANEIRO

(...) Hoje nos opprime deante de uma situação dantesca em que os quadros macabros se reproduzem ha mais de oito dias produzindo o pavor e a loucura como se o juizo final fosse chegado, surprehendendo no momento oportuno os sabios modernos. A infeccção explodiu aqui no Rio de um modo geral, contaminando todos á uma, depois de ter seguido uma rota certa rumo norte, como Hespanha, Portugal, Dakar, Pernambuco, Bahia e Rio; logo foi trazido da Europa - o modo porém como se propagou, demonstra ter sido pelas camadas aereas - não há contestação alguma, tanto que variando as correntes conductoras espalhou-se o mal pelo mundo inteiro, sem excepção de clima. Qual, pois, a causa desse horrivel mal? (Correio da Manhã, 20 de outubro de 1918, Edição 07181, p.3).

A Influenza de 1918, por onde passou, deixou um cenário apocalíptico. Segundo referências da Europa, essa doença causou por lá 700 mortes em 10 dias. (Correio da Manhã, 23 de setembro de 1918, Edição 07149, p. 1). Ela chegou em setembro de 1918 no Brasil e, por intermédio de 367 passageiros que saíram do Navio Demerara, ela se alastrou pela cidade. (SCHWARCZ e STARLING, 2020. p.122).

O Comissário do Governo, a considerou como “*benigna mas extremamente contagiosa*” (Correio da Manhã, 23 de setembro de 1918, Edição 07149, p. 1). No entanto, logo os jornais começaram a noticiar desde casos benignos, isto é, de uma gripe branda, sem risco de óbitos, e, até casos fatais de ‘gripe *hespanhola*’. Por conseguinte, o número de casos fatais aumentava a cada dia. (Correio da Manhã, 13 de outubro de 1918, Edição 07169, p. 3).

A' gripe alastrou-se. Tomou conta do Rio. Fecham-se estabelecimentos comerciaes. Cerram-se oficinas. Ha doentes, em toda parte, graves uns outros não.

Tem, a epidemia, porém, character tão grave, que autorize o abandono da cidade, tornando a Avenida quasi morta, deixando os bars sem movimento, as casas de espetáculo às moscas, os cinemas vazios?

Diz-nos que não a Saúde Publica. Trata-se de um mal comum, a gripe, que tanto se faz sentir de quando em vez no Rio. Por que, pois, o terror?” (Correio da Manhã, 15 de outubro de 1918, Edição 07171. p. 1).

Vários estabelecimentos tiveram que interromper as suas atividades em obediência às instruções dadas pelas autoridades sanitárias. (SCHWARCZ; STARLING, 2020. p. 128). Além disso, o número de pessoas adoecendo era devastador. À medida que as pessoas iam adquirindo a doença, elas não compareciam ao trabalho. Dessa forma, vários estabelecimentos tiveram os seus

serviços prejudicados por falta de pessoal (Correio da Manhã, 5 de outubro de 1918, Edição 07171. p. 1).

Houve absenteísmo no Tesouro, na Câmara, no Tribunal do Júri, na Casa de Detenção e na Central (Ibidem). Até que se chegou ao ponto em que “Era funebre o aspecto da cidade de hontem, á noite. Todo o comercio fechado, o movimento nullo, absolutamente nullo” (Correio da Manhã, 20 de outubro de 1918, Edição 07176. p. 6). Entretanto, as dificuldades trazidas pela Influenza de 1918 não pararam por aí.

2.1 DIFICULDADE COM O TRANSPORTE E ENTERRO DOS MORTOS

Não raros são vistas pelas ruas d' cidade caminhões conduzindo cadaveres de indigentes com simples lençol a cobril-os.

Ainda, hontem, foi visto por quem passou pela rua de S. Christovam, pela manhã, um desses caminhões com mais de 6 cadaveres.

'Porque ao menoszjá que não se pode dar um caixão a cada um desses mortos, não se cobrem os caminhões com um panno de lona ou outro qualquer? Assim evitar-se-ia á população já justamente alarmada, mais esses quadros vivamente impressionantes (Correio da Manhã, 27 de outubro de 1918, Edição 07183. p. 1)

Durante a Influenza de 1918, era possível às famílias e aos amigos o transporte dos corpos de duas formas, uma delas era pagar à Empresa Funerária ou a Santa Casa de Misericórdia pelas despesas do transporte e caixão e, a outra era aguardar a retirada gratuita dos corpos pela polícia militar. Como não havia transportes disponíveis para todos os mortos, a polícia levava vários dias para recolher os corpos. Assim, diante do mal cheiro dos defuntos que esperavam recolhimento, as pessoas começaram a descartar os mortos nas vias públicas até que pudessem ser recolhidos. (Gazeta de Notícias, 16 de outubro de 1918, Edição 00291).

Os tipos de transportes e os enterros dos mortos poderiam ser feitos conforme o serviço funerário que as famílias contratassem. Elas poderiam escolher entre oito classes de enterros, a começar da 1ª classe até a forma de enterro popular (Correio da Manhã, Edição 0719. p. 2). No entanto, a Santa Casa da Misericórdia fornecia gratuitamente o enterro de indigentes. Essa era uma opção para as famílias que não tinham recursos (Correio da Manhã, 25 de outubro de 1918, Edição 07184. p. 2).

A Empresa Funerária que possuía o monopólio para enterrar as pessoas no Rio de Janeiro foi denunciada pela Gazeta de Notícias, em 25 de outubro de 1918,

Edição 00296. p. 4, que publicou a indignação do povo quanto à exploração feita pela mesma, dizendo que a cidade estava “entregue às sordidas extorsões e prepotência odiosa desse velhacouto de exploradores que é a Empresa Funerária.”, pois sobre os enterros e transporte dos corpos a empresa recebia “gordas maquias sem, entretanto, os fazer, porque, na verdade, muitos cadáveres são arrancados pela polícia das casas onde ficam dias inteiros á espera de remoção, e isso, como se sabe, não custa um real á funerária”. A reportagem denuncia também o expediente reduzido da Funerária e o fato do responsável pelos caixões só atender a “conhecidos e amigos, deixando do lado de fóra do escriptorio da empresa as dezenas de pessoas menos favorecidas pela sorte”.

O que é possível notar é que o transporte dos mortos variava conforme a riqueza que a família tinha. Os mortos que pertenciam a famílias mais abastadas, chegavam aos cemitérios nos melhores carros e tinham o direito de escolher os melhores caixões. Porém como podemos ver na referência abaixo essa não era a realidade para os mais pobres, que eram transportados aos cemitérios em caminhões ou transportes coletivos e ficavam com os caixões mais simples.

[...] Os trens que chegam dos suburbios com um horario muito difficultoso, trazem de vez em quando um carro de bagagem, em cujo interior, vêm caixões funebres encerrando os corpos das victimas da grippe, residentes nos suburbios. Esses corpos, comquanto muito bem encerrados em seus invólucros, são jogados nas estações para dentro dos vagões de bagagem e são depois retirados na estação Central, por uma turma de trabalhadores da estrada que os conduzem até os carros funebres da assistencia ou carroção, que no pateo central aguardam a carga macabra. O espetáculo que se offerece, então, é uma cousa espantosa. Os curiosos, frios e despreocupados, achegam-se para os corpos, em massa e ao ponto de interromperem o transito e sem comtudo poderem divisar os corpos hermeticamente fechados nos caixões. Ainda hontem, à tarde, o movimento de transportes de cadáveres feitos pelos carros da Central do Brasil, attingiu, seguramente, 130 enterros. Os empregados da Central, que não esperavam o atingimento de serviço com esses transportes, pediram reforço de turma (Gazeta de Notícias, 22 de outubro de 1918, Edição 00293. p. 3).

Existiram também casos em que, pela demora na execução dos serviços funerários, muitas famílias se viram obrigadas a enterrar os seus parentes como indigentes, pois acontecia demora na remoção dos corpos em todas as classes de enterros. (Correio da Manhã, 22 de outubro de 1918, Edição 07178. p. 2). Havia também desorganização, tanto é que houve casos de famílias terem pagado por enterros de 1ª classe, mas os cadáveres terem sido enterrados como indigentes. (Correio da Manhã, 27 de outubro de 1918, Edição 07183. p. 1)

Além do serviço da Empresa Funerária, o trabalho funerário da Santa Casa de Misericórdia também recebeu inúmeras denúncias, motivo pelo qual essa chegou a ser chamada como “Casa Maldita de Miséria e Corda” (Correio da Manhã, 4 de novembro de 1918, Edição 07191. p. 2). Famílias relataram que pagavam à Santa Casa de Misericórdia para realizar o enterro, mas ela não realizava. E, em vez disso, os defuntos ficaram apodrecendo em suas casas. Não se via o transporte nem o caixão. Ademais, ela não restituía os valores pagos pelas famílias. (ibidem. p. 3).

Além disso, a quantidade de mortos era tamanha, que a carpintaria não conseguia fabricar caixões suficientes. Isso se deu, também, pelo fato de quase todo o seu pessoal estar contaminado pela doença (Correio da Manhã, 27 de outubro de 1918, Edição 07183. p. 1). Esse problema de falta de funcionários também atingiu a Funerária, a qual teve momentos em que chegou a trabalhar com apenas cinco empregados. Quanto a essa situação, a empresa pediu ajuda ao prefeito e também ao chefe de polícia, pois não via outra possibilidade de normalizar a situação de imediato. (Correio da Manhã, 19 de outubro de 1918, Edição 07175. p. 3).

Mesmo com as reclamações, as atividades nos cemitérios não paravam, com a falta de mão de obra, a Prefeitura requisitou que os presos trabalhassem na abertura das covas, auxiliando os funcionários contratados pela prefeitura. Eles faziam os seus serviços com o devido acompanhamento dos praças do exército e da polícia (Correio da Manhã, 21 de outubro de 1918, Edição 07177. p. 1).

Entretanto, logo surgiram denúncias de que os presos estavam insatisfeitos com o trabalho e realizando rebeliões devido aos longos períodos de trabalho e, ainda, sem direito ao devido descanso. E, como resposta a essas rebeliões, a prefeitura havia massacrado vários presos. A esse respeito, o Ministro da Justiça se manifestou publicamente desmentindo esses ocorridos. (Gazeta de Notícias, 26 de outubro de 1918, Edição 00297. p. 2).

Em virtude desses serviços prestados no sepultamento de cadáveres durante influenza, alguns detentos foram recompensados, alguns com a diminuição de suas penas e, outros, com o indulto. (Correio da Manhã, 14 de novembro de 1918, Edição 07201. p. 5)

Outra reclamação comum da população em meio à epidemia é a advinda dos moradores que viviam nos arredores dos cemitérios. Eles reclamavam do cheiro fétido vindo dos defuntos. Alegavam que isso poderia trazer-lhes algum mal para a saúde. Além do incômodo do mal cheiro, reclamaram, também, pelo fato de os

coveiros saírem dos cemitérios com os artefatos do seu ofício - pás e picaretas -, sem serem devidamente desinfectados. As insatisfações acima foram verificadas no jornal Gazeta de Notícias, Edição 00298, publicado no dia 27 de outubro de 1918.

2.2 DIFICULDADE COM A CURA

Foi uma coisa pavorosa! Nunca, em toda minha vida, vi algo que chegasse perto daquela sassânida infernal! Não tinha na cidade, rua em que pelo menos em uma casa, a família inteira fenecera. Em muitas, todos da família estavam acamados, e cabia a quem pela rua passasse alimentar e dar remédios. Geralmente eram os coveiros, lixeiros e policiais que acudiam, dando remédio e alimentando, às vezes a família inteira que tinha caído doente. As pessoas colocavam panos negros nas janelas e portas das casas, para que eles soubessem que ali tinha gente doente e viessem socorrer. (FREIRE, 1990 *apud* GOULART, 2005. p. 109)

Além da dificuldade de enterrar seus mortos, os vivos tinham outro problema: não havia cura para a *'Hespanhola'*, mas, ainda assim, crescia espantosamente o movimento nas farmácias da cidade. E, como consequência, muitas delas aumentaram os preços das medicações para mais que o dobro do valor. (Gazeta de Notícias, 22 de outubro de 1918, Edição 00293. p. 3). A procura por remédios era tanta que rapidamente as farmácias tinham os seus estoques esgotados, o que gerava discussões acaloradas (Gazeta de Notícias, 15 de outubro de 1918, Edição 00286. p. 1).

E, devido a essa aglomeração de pessoas nas farmácias, rapidamente os farmacêuticos também foram acometidos pela Influenza e, como consequência, muitas farmácias foram obrigadas a fechar as suas portas por falta de pessoal e de medicamentos. Diante disso, o governo resolveu tomar algumas medidas, conforme descritas na publicação abaixo:

Distribuição gratuita de medicamentos. O Sr. ministro do Interior foi hontem aos Ministerios da Guerra e da Marinha pedir aos respectivos titulares que ponham á disposição da Diretoria Geral da Saude Publica os pharmaceuticos e praticos de pharmacia, que não forem imprescendiveis, absolutamente, para o serviço das corporações armadas, afim de serem reabertas muitas pharmacias. O ministro solicitou tambem daquelles seus collegas que os laboratorios dos respectivos corpos de Saude preparem remedios para distribuição gratuita entre os civis (Gazeta de Notícias, 19 de outubro de 1918, Edição 00290. p. 4).

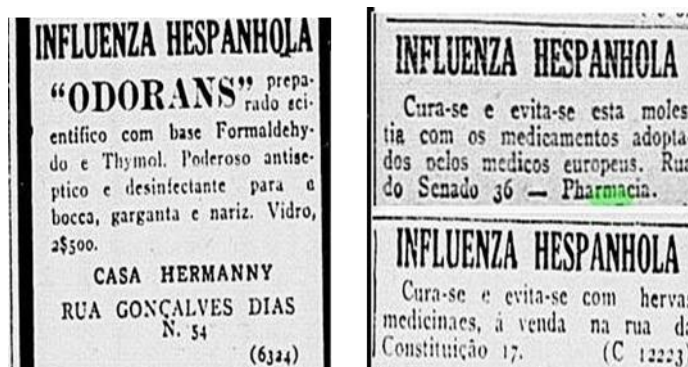
O Diretor Geral de Saúde, Carlos Seidl, emitiu recomendações às Delegacias de Saúde informando que “[...] Aos necessitados dará o governo assistencia, médico e pharmacia, e aos não necessitados assistencia medica. [...]” (Gazeta de Notícias,

18 de outubro de 1918, Edição 00289. p. 1). O Laboratório Militar foi um dos locais anunciados que estariam atendendo as pessoas carentes durante o período de epidemia. Entretanto, as pessoas reclamaram dizendo que estiveram lá, mas não foram atendidas. Elas receberam a justificativa de que o laboratório só aviava receitas aos militares. (Gazeta de Notícias, 19 de outubro de 1918, Edição 00290. p. 3).

Além da falta de medicamentos, era comum que circulassem falsos depoimentos e anúncios que remetiam falsas curas, falsos milagres, remédios milagrosos e receitas caseiras para uma cura inexistente para a “*hespanhola*”.

Como nos mostra a figura 2 abaixo, retirada do Correio da Manhã, de 15 de outubro de 1918, Edição 07171, na qual, na mesma edição do jornal é possível encontrar ‘preparados antisepticos’, ‘remédios europeus’ e ‘ervas medicinais’ anunciadas como a cura para a ‘*Influenza Hespanhola*’.

Figura 2 - Curas para a doença



Fonte: Correio da Manhã, 15 de outubro de 1918, Edição 07171, p. 5, 9-10).

Em outros casos, como a figura 3 abaixo, retirada do Correio da Manhã (04 de novembro de 1918, Edição 07191, p. 3), a cura era anunciada como ‘rápida e homeopática’.

Figura 3 – Cura Homeopática

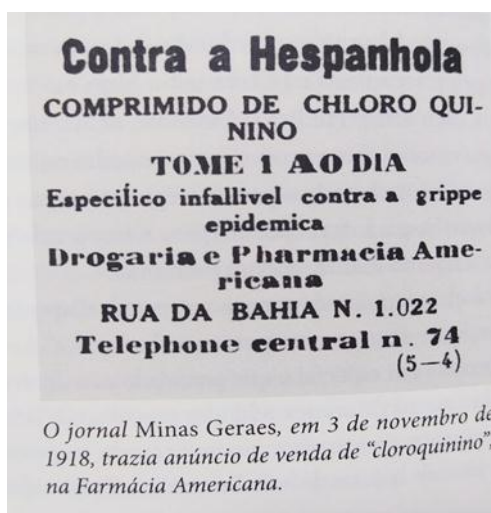


Fonte: Correio da Manhã ((04 de novembro de 1918, Edição 07191, p. 3).

Segundo Schwarcz e Starling, (2020), foi nessa época também que a homeopatia entrou na moda, entre eles “um remédio homeopático chamado Grippina, manufaturado por Alberto Seabra. Já o laboratório Bayer receitava aspirina como o “caminho mais curto para o pronto restabelecimento do indivíduo que sofre de influenza”, e ainda explicavam: pois “sua ação é tão rápida quanto um relâmpago”.

Sendo que “o mais empregado era o sal de quinino, como vemos o anúncio na figura 4 abaixo, entendido na época como um ‘santo remédio’. O quinino, ou sulfato de quinina, em geral encontrado na forma de pó branco” (SCHWARTZ; STARLING, 2020. p 139), era um medicamento destinado para arritmia cardíaca e malária, mas que durante a Influenza de 1918 foi amplamente divulgado como a cura para a ‘hespanhola’ e recebeu o nome de *chloro quinino* (SCHWARTZ; STARLING, 2020. p. 214).

Figura 4 - Chloro Quinino



(SCHWARTZ; STARLING, 2020. p 214)

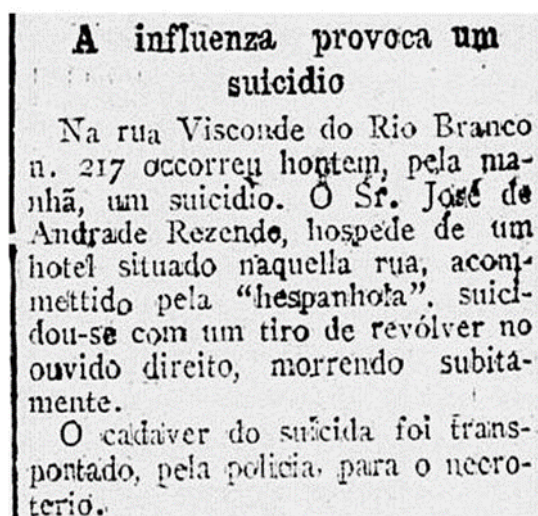
Ele foi substituído pela Bayer em 1934, pela cloroquina, que foi descoberta “em uma tentativa de encontrar um substituto sintético para a quinina”, pois a mesma já se provava ineficaz (SILVA, 2020. n. p.). “Porém, o alcaloide (quinino) voltaria ao mercado em 1960 por conta dos efeitos colaterais da cloroquina” (SCHWARTZ; STARLING, 2020. p 139).

O estado de pânico e desesperança era tão grande que entre as páginas dos jornais da época é comum encontrar publicações relatando casos de pessoas que enlouqueceram e que até mesmo se suicidaram como resposta ao enfrentamento da crise. E, outros, ainda, cometiam esses atos como tentativa de aliviar os sintomas da doença.

[...] Resta o suicídio - atacado pela gripe, pois o noticiário só da conta de tentativas de um ou outro fraco que foge às dores de cabeça às caimbras, e à febre com navalha ou com revólver. Esses casos porém não são meia duzia, o que prova que o noticiário policial e o serviço do sr. Aurelino até nisso sofreu abalo [...] (Correio da Manhã, 20 de outubro de 1918, Edição 07176. p. 1).

A Influenza causou tanto terror que pessoas acometidas pela doença cometiam suicídio, como na publicação abaixo retirada da Gazeta de Notícias de 22 de outubro de 1918, Edição 293. p. 3, onde o sujeito “acometido pela “hespanhola”, suicidou-se com um tiro de revólver no ouvido direito, morrendo subitamente”.

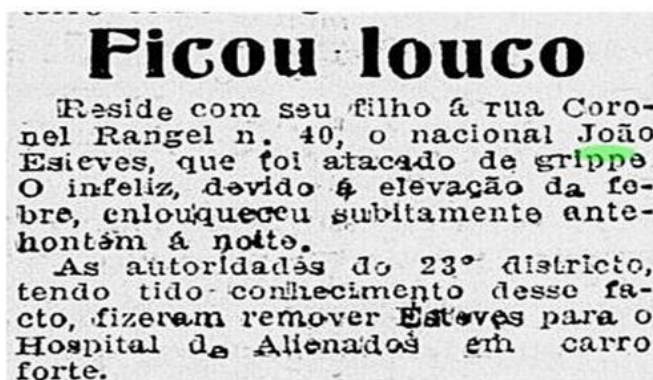
Figura 5 – Influenza provoca suicídio.



Fonte: Gazeta de Notícias (1918, Edição 293, p. 3).

Haviam relatos também de que a doença causava ‘loucura’, como na publicação abaixo, da mesma edição e página da Gazeta de Notícia, onde acometido pela febre, um dos sintomas da ‘grippe’, o sujeito “enlouqueceu subitamente” e foi levado para o “Hospital de Alienados em carro forte”.

Figura 6 - Enlouqueceu.



Fonte: Gazeta de Notícias 22 de outubro de 1918, Edição 293, p. 3.

Além de enlouquecer e levar ao suicídio a “*hespanhola*” também levou a fama de aterrorizar, como no caso abaixo retirado do periódico O Paiz (RJ), de 05 de outubro de 1918, Edição 12419, página 8 de 11 de outubro de 1918. Onde o indivíduo com medo de morrer ‘*hespanholado*’ “disparou um tiro de revólver no ouvido direto”. O medo então não era só de morrer, mas de morrer vitimado pela Influenza.

Figura 7 – Medo

Com medo da “hespanhola”, quiz matar-se.

A influenza epidêmica, que vai se tornando conhecida pela denominação de “hespanhola”, tem apavorado a toda a gente, e a uns, aos mais fracos espíritos, de modo impressionante.

Está neste último caso o nacional José dos Santos, criado da pensão da rua Coronel Figueira de Mello n. 410. Sentindo-se, hontem, enfermo, em estado febril, foi a um médico e deste ouviu que estava com influenza.

Bastante impressionado, suppondo já estar gravemente atacado da “hespanhola”, voltou para a casa onde é empregado e reside, e, devido, talvez, á suggestão do medo, cada vez sentia-se peor.

Com medo de morrer, Santos, que é de côr paída, solteiro, de 23 annos, em seu quarto disparou um tiro de revólver no ouvido direito.

Chamada a Assistencia Municipal, foi soccorrido e, em seguida, pela policia do 10º districto, enviado, em estado grave, para o hospital da Misericordia.

Fonte: O Paiz (RJ) de 05 de outubro 1918, Edição 12419, p. 8.

Outro fator que também causava medo foi o fato de indivíduos aparentemente recuperados da Influenza de 1918 voltarem a manifestar seriamente a doença, como se “seu organismo não subsistisse nenhum elemento capaz de desencadear o processo biológico de imunização” (SILVA, 1919, p.44 apud Souza, 2008. p. 952).

2.3 - UM CAMINHO PARA O FIM

O aspecto da cidade, hontem, era de verdadeira desolação. Pode-se dizer que se suspendeu a vida da capital. Em todos os bairros, além da falta de médicos e de recursos pharmaceuticos, perante a qual se tornava desesperadora a situação dos atacados pelo mal epidemico, observava-se um facto da maior gravidade: a ameaça da fome, porque os armazens, cujos proprietarios e empregados a epidemia accometteu, fecharam as portas, em numero extraordinario. Não se contam as leiterias que cessaram por completo os seus fornecimentos; e os poucos estabelecimntos que se mantiveram attendendo ao publico, salvo raras excepções, transformaram as necessidades da população, exploradas sem limites. nem freios num supplicio indisriptivel. Que acontecerá hoje? Que medidas tomou o governo para attender ao povo na calamidade que sobre elle se desencadeia? [...] (Correio da Manhã, 18 de outubro de 1918, Edição 07174. p. 1).

Todas essas dificuldades contribuíram para evidenciar o despreparo da saúde pública durante a epidemia. Eram muitos os enfermos para poucos hospitais e poucos profissionais da saúde. Além disso, na urgência em socorrer os enfermos, muitos médicos, enfermeiros e irmãs de caridades foram contaminados

pela doença e vieram a falecer. (Correio da Manhã, 16 de outubro de 1918, Edição 07172. p. 3).

Como se não bastasse essa dificuldade em ser socorrido diante do contágio da doença, o povo enfrentou, também, a falta de gêneros alimentícios. Muitos armazéns fecharam devido à epidemia. E, os que estavam abertos, cobravam pelos alimentos, valores acima dos fixados em tabela, o que agravou ainda mais crise. (Correio da Manhã, 21 de outubro de 1918, Edição 07177. p. 1). De acordo com a Gazeta de Notícias de 26 de outubro de 1918, Edição 00297. p. 3, nos subúrbios do Rio de Janeiro, a falta de alimentos como leite, galinha, pão e outras espécies de alimentos era assustadora.

Apesar do fato de o governo não ter realizado previamente o adequado controle sanitário nos portos e nos navios, enquanto a Influenza de 1918 assolava outros países, depois dela chegar e devastar o Brasil ele tomou medidas para combater a epidemia. (Correio da Manhã, 29 de outubro de 1918, Edição 07185. p. 1).

O governo pôs em prática providências como: a criação de postos hospitalares e escolares, a nomeação de novos médicos e farmacêuticos para os hospitais, a compra de mais leitos, a requisição de gêneros alimentícios para os necessitados - como leite, ovos e aves -, e a disponibilização de medicamentos gratuitos à população. Além disso, o Estado não descontou dos funcionários públicos as consignações de uma das parcelas do Crédito Popular. Concomitantemente a essas medidas, os jornais passaram a desempenhar, então, um papel cívico, alertando o carioca para que evitassem trens, bondes e ônibus, e aconselhando-os a caminhar. (SCHWARCZ; STARLING, 2020. p. 126).

Assim, da mesma maneira rápida que a Influenza de 1918 chegou ela foi embora, as lembranças viraram apenas isso: lembranças, um motivo para celebrar a vida, já em dezembro se comemorava o fim da '*Hespanhola*', a terceira onda chegou ao início de 1919 com muito menos força e letalidade e não foi suficiente para ocupar os jornais, como a onda anterior havia sido.

As pessoas comemoravam, e com razão, eles tinham sobrevivido, havia sido, afinal, uma verdadeira superação do 'bem contra o mal', enquanto o mal era a "*hespanhola*", doença desconhecida que forçou mudanças na organização da sociedade e alimentou sentimentos de desesperança e medo, o bem era a vida, a esperança.

Quem sobreviveu ‘derrotou’ a morte, os selos do apocalipse haviam sido rompidos, mas os sobreviventes estavam aqui, haviam vencido a guerra, a fome e a peste, mas permaneciam. E a mesma liturgia que os deixou passar por isso no fim de 1918 lhes dava o Carnaval no início de 1919 para comemorar a vitalidade, o triunfo da carne palpável, contra a doença invisível. Tanto que anos depois, Carlos Heitor Cony escreveu, na Folha de São Paulo de 19 de fevereiro de 1996, um artigo sobre a Influenza 1918 e o carnaval de 1919, explicando como os cariocas comemoraram a vida, como nunca antes e fizeram o melhor carnaval, até então, ele disse que:

No Rio de Janeiro, quando o sujeito iria atravessar a rua, botava o pé no meio-fio com plena saúde e chegava morto ao meio-fio do outro lado. Era fulminante a gripe, os parentes deixavam os mortos nos bondes, pagavam a passagem deles, como se passageiros fossem. Não havia tempo nem lugar para o enterro”. Natural que, depois da fase mortuária, viesse a fase libertária, ou libertina, basta dizer que as delegacias da cidade registraram a queixa de 4.315 defloramentos e outros tantos casos de abandono do lar, adultério e até incesto (CONY, 1996, n.p).

No final de fevereiro de 1919, houve boatos de uma nova epidemia da ‘*gripe hespanhola*’ no Rio de Janeiro. Eles, no entanto, foram desmentidos pelo Diretor Geral da Saúde, Sr. Theophilo Torres. Ele informou, ainda, que “os casos de gripes estavam em menor numero do que antes da epidemia”. (A Noite, 1919, Edição 02584. p. 3).

Ainda diante desses poucos casos de pessoas acometidas pela Influenza de 1918, o povo saiu às ruas, em março, no carnaval de 1919, com direito a confetes, muitas luzes e cores. Parecia até mesmo outra cidade se comparada ao seu estado nos meses anteriores, quando a epidemia a assolava.

Em um dos carros do préstito dos Tenentes do Diabo, havia uma charge criticando a “*gripe hespanhola*”. (A Noite, 3 de março de 1919, Edição 02593. p. 1). Em todos os bairros da cidade havia festejos. Na Avenida Rio Branco a multidão estava frenética. Os bailes seguiram animados até à madrugada. Na Gazeta de Notícias, consta o seguinte relato:

[...] O povo divertiu-se, divertiu-se imensamente, mas foi ordeiro na sua grande alegria. Os clubs, os theatros, estão repletos de gente que se diverte, de criaturas que são felizes, no limite da felicidade humana! Mais dous dias e o Carnaval vai findar. E’ preciso que todos aproveitem o seu quinhão na alegria que é o melhor dom que os deuses propicios offereceram á humanidade! (Gazeta de Notícias, 3 de março de 1919, Edição 00062, p.3).

No entanto, no dia 18 de março de 1919, cerca de 200 militares foram internados com sintomas de uma gripe branda. As autoridades sanitárias e a equipe de Saúde Pública estavam alertas quanto a um possível retorno da Influenza de 1919. Pelo número pequeno de pessoas infectadas, não havia motivos para grandes preocupações. Em todo caso, porém, o governo imediatamente adotou todas as medidas preventivas cabíveis e enviou recomendações à população sobre como ela deveria proceder. (Correio da Manhã, 18 de março de 1919, Edição 07324, p. 3).

Após este período, os casos da Influenza de 1918 foram diminuindo até o seu desaparecimento. Restando apenas dúvidas sobre a possibilidade do seu retorno. Ademais, essa foi uma das perguntas feitas ao novo Diretor da Saúde Pública, Dr. Carlos Chagas, que assumiu o posto em outubro de 1919: “Voltará a Hespánhola?”, e, ele respondeu acreditar que não voltará com a mesma proporção e gravidade. (A NOITE, 2 de outubro de 1919, Edição 02804. p. 1).

Capítulo – 3. RITOS, LUTO E PSICOLOGIA.

“Rituais são eventos sociais que marcam uma mudança de posição ou procuram realizar uma mudança social desejada. Eles envolvem algum tipo de mobilização, no sentido de alterar as condições de existência das pessoas”¹⁰. A Influenza de 1918 mudou a forma que as pessoas lidavam com a morte e com os mortos, por consequência, pelo período em que ela durou, ela mudou as práticas de luto.

Arnold van Gennep (2012) definiu o luto como sendo “um estado de margem para os sobreviventes, no qual entram mediante ritos de separação e do qual saem por ritos de reintegração na sociedade geral (ritos de suspensão do luto)”. O estado de margem pode ser qualquer período em que o sujeito terá que ficar à margem da sua sociedade, sendo que o tempo que ele ficará será determinado pelo rito que ele está cumprindo.

Nos ritos funerários¹¹ o estado de margem “caracteriza-se em primeiro lugar materialmente pela estadia mais ou menos longa do cadáver ou do caixão na câmara mortuária (velório)” (GENNEP, 2012 .p. 75), mas além desse momento inicial do velório ele pode durar mais tempo, pois, segundo Gennep (2012) o tempo do luto, que é definido por ele como um estado de margem, irá depender do vínculo que se tem com o morto, já que quanto mais próximo o vínculo, maior é o tempo de luto. Para o sujeito entrar nesse estado de margem vão ser necessários os ritos de separação.

O rito de separação é um processo no qual é necessário que o sujeito se separe do objeto de seu luto. No velório é possível encontrar esse rito nos “diversos procedimentos de transporte do cadáver (...) terminando frequentemente o fechamento do caixão ou da tumba o rito inteiro, de maneira particularmente solene” (GENNEP, 2012 .p. 79), esses são exemplos da prática dos ritos de separação. Já para sair do luto e do estado de margem que lhe é característico serão necessários os ritos de reintegração, por exemplo “a suspensão de todas as proibições e de todas as regras (vestuário especial, etc.) do luto devem, portanto, ser considerados

¹⁰ SILVEIRA, Marcos da Silva. "Modernos ou tradicionais, os ritos sobrevivem". [Entrevista concedida a] Annalice Del Vecchio e Luciana Romagnoli. **GAZETA DO POVO**, setembro, 2010.

¹¹ Ritos esses que têm o papel de agregar “o morto ao mundo dos mortos” (GENNEP, 2012 .p. 74).

como ritos de reintegração na vida social, restrita ou geral” (GENNEP, 2012 .p. 74). Então admitia-se nesse momento o fim do luto, pois a pessoa já teria saído do estado de margem (do luto).

Durante o luto os vivos e o morto constituem uma sociedade especial, situada entre o mundo dos vivos, de um lado, e o mundo dos mortos, de outro, da qual os vivos saem mais ou menos rapidamente conforme fossem mais estreitamente aparentados ao morto. (GENNEP, 2012. p. 75).

Antes da Influenza os familiares e amigos eram responsáveis por essas práticas, como os: preparos fúnebres para o velório e enterro, a escolha do caixão, a decoração com flores, bem como a escolha da funerária para realizar os serviços de higienização e preparo do corpo os enfeites do velório. Abaixo segue um trecho de 1917 como se deu uma organização de velório e cortejo fúnebre em Copacabana:

Durante toda a noite e até à hora do saimento funebre a casa mortuaria, á avenida Mem de Sá 72, esteve repleta de amigos, colegas e auxiliares do infeliz moço, velando seu corpo.
A's 9 ½ da manhã deu-se o saimento, estando o coche coberto de bellissimas corôas e flores naturaes, seguindo-se-lhe grande cortejo de automoveis e carros. (Correio da Manhã, 3 de março de 1917, Edição 06582. p. 4).

Todavia se antes as pessoas tinham meses ou anos para lidar com a dor da perda, em 1918 eles tiveram que lidar com a morte de um ou mais entes, em um tempo menor, então as práticas, que antes era repetidas em seus significados, já não eram mais as mesmas, pelo menos enquanto durou a *'hespanhola'*. Na fonte identificamos poucas mudanças no funeral como rito, mesmo que tenhamos encontrado partes como essa de um velório em um palacete no "Boulevard 28 de Setembro”:

(...) O que compungia, entristecendo até ás lágrimas, era a enormidade das familias atingidas pela Morte. Um corpo na sala, com flores, e poucas, muito poucas pessoas em derredor. No boulevard 28 de Setembro, num palacete, de longe pudemos apreciar um dos muitos desses quadros de dór. Um corpo, estendido no salão, e duas moças apenas, ao lado, aos gritos choravam a desgraçada separação de um ente querido. (Correio da Manhã, 22 de outubro de 1918, Edição 07178. p. 1).

O mais perceptível foi a falta de registros de uma alteração no rito ou o registro da mudança apenas em parte do processo, enquanto o restante foi mantido, como o seguinte caso em que houve velório, mas não houve a missa de sétimo dia, missa do sétimo dia, que é por sua vez uma das ações repetida que formam o rito,

além de ter grande importância na liturgia cristã, pois é onde os vivos rezam pelas almas dos mortos para que estes alcancem o Céu.

A viúva e a família do falecido JOAQUIM DUARTE JÚNIOR, agradecem às pessoas que o velaram e acompanharam á última morada. Outro sim, avisam que devido ao estado actual de coisas, a missa de setimo dia será rezada na primeira oportunidade. (Correio da Manhã, 22 de outubro de 1918, Edição 07178. p. 5).

Mesmo que não tenha na fonte de maneira repetida ou detalhada mudanças no rito, isso não significa que não aconteceu, apenas que durante esse período, como nos períodos anteriores, o jornal publicou óbitos de toda a sociedade, mas quanto ao rito de funeral ele publicava apenas de uma elite intelectual/aristocrática ou pessoas 'famosas'.

A falta desse registro na fonte diz mais sobre a fonte, sobre quais funerais ela publicava e quais ela deixava de publicar, do que da permanência ou não dos ritos, pois a mesma fonte também nos deu passagens gráficas sobre pessoas que eram carregadas em caminhões e enterradas como indigente. Além de dizer sobre a elite, que mesmo em frente uma pandemia não alterou seus costumes para se adequar nas medidas preventivas orientadas.

A morte vem com uma bagagem de misticismo e crenças, que o rito ilustra, as mudanças nas práticas que aconteceram em decorrência da Influenza de 1918 foram desacordos simples, mas que mostram a alteração do comportamento de uma sociedade, como acender a vela para uma pessoa que faleceu, por exemplo, mas que era feita de maneira repetida e já se tornara parte do rito, já era o esperado que se acontecesse.

O sujeito morria sem vela. Nós sabemos o que é e como é o brasileiro. Acontece, aqui, uma coisa misteriosíssima e linda. Se o sujeito morre na rua, atropelado ou por motivo outro qualquer, surge, instantaneamente, uma vela ao seu lado. É automático. Não importa que seja na Presidente Vargas, no Mangue, na avenida Brasil ou num descampado da Boca do Mato. Ninguém sabe, e não saberá jamais quem pôs a vela, e que fósforo a acendeu. A chama trêmula, que nenhum vento apaga, torna a morte mais amiga, mais compadecida e mais feérica.

Pois essa estrela dos atropelados, essa estrela de esquina, de meio-fio, de asfalto, não ardeu pelos mortos da espanhola. (RODRIGUES, 1997. p. 44).

A mudança na vela não tem uma causa definida, já em outras vezes a alteração partiu de decisões do Estado, porque em alguns lugares se fez necessária a publicação de normas que preveniriam o contágio da doença. No caso abaixo com o intuito de evitar aglomeração de pessoas, houve a necessidade de alterar a condução de cadáveres para os cemitérios, o cortejo funerário, que também faz

parte das ações repetidas que formam o rito. É o que pode ser verificado no retirado do Jornal Correio da Manhã (1918):

Attendendo ás solicitações do Serviço Sanitario do Estado¹², para tantos quanto possivel evitar agglomeração que facilmente propaguem a grippe, a Prefeitura expediu instruções para a observância da lei n. 402, de 12 de junho de 1899, que prohiibe absolutamente a conducção de cadaveres a mão, por creanças, para os cemiterios, e o acompanhamento de enterro a pé e determinou mais as seguintes medidas (Correio da Manhã, 20 de outubro de 1918, Edição 07176. p. 3).

O Estado, como instituição, teve a necessidade de publicar algo que orientasse a condução de cadáveres, pois estava sendo feito a mão e por crianças. Disso é possível notar como os processos do rito mudaram. O luto, como um estado de margem de um indivíduo já não era mais o mesmo, melhor dizendo, o luto já não era individual, toda a sociedade estava à margem do funcionamento normal. Era um luto coletivo, pois os lutos individuais não tinham espaço, nem tempo.

Mesmo com esse luto coletivo, se tentou manter uma normalidade, uma das ações que marcava o rito, que era o ato de vestir o luto - onde a pessoa enlutada pela perda de um ente querido se vestia de preto - mostrando a todos o seu lugar no 'rito de separação' permaneceu o mesmo. Isso porque independente da Influenza de 1918 ter forçado a rupturas do rito de separação, um dos ritos que definiam o luto cristão no mundo ocidental, ela não rompeu totalmente todo o processo de luto, então a sociedade se apegou as continuidades, mesmo com as rupturas que a pandemia impunha.

Começam a aparecer as primeiras pessoas de luto na cidade, luto recente, denunciando a viuvez e a orfandade por aquelles que a desgraça da epidemia, que já flagela o paiz inteiro, tem feito succumbir. Dia a dia, aferindo pela estatística do obituario, cresce o numero daquelles que se vestem de preto e vêm para a rua cuidar dos seus affazerer, no movimento da capital que ainda não se normalizou. A impressão é a mais dolorosa possível. Lembra as grandes capitães européas dos paizes envolvidos na pavorosa calamidade dessa guerra maldita, com suas populações cobertas de negro. Pelo que já se observou hontem nas ruas centraes, é de prever que dentro em breve a desolação de tanta gente de luta [sic] aumente ainda mais a tristeza que peza sobre a capital da República. (Correio da Manhã, 25 de outubro de 1918, Edição 07181. p. 1)

Então, mesmo com as permanências que ficaram, as mudanças no rito foram suficientes para entender que as consequências sociais de uma epidemia estão

¹² se refere ao Estado de São Paulo.

diretamente relacionadas às permanências que ela obriga a romper, não com as continuidades que não são alteradas.

A Influenza de 1918 não só rompeu com permanências, como ela fez isso expondo as deficiências de uma sociedade que “carregava em seu imaginário a utopia de que a humanidade estava livre para sempre das moléstias que a acometiam desde tempos remotos” (SCHWARCZ e STARLING, 2020. p.36), já que comemoravam grandes descobertas científicas e importantes conquistas em saúde pública (ibidem).

3.1 - MORTE E MEDO

O medo das epidemias se inscreve no universo mental das populações de cultura ocidental desde a antiguidade clássica. Segundo Delumeau, ele se apresenta como um medo espontâneo e cíclico. Com o cristianismo e as imagens apocalípticas por ele encetadas, ele se soma a outros pavores que iriam povoar o imaginário coletivo. O medo da epidemia - medo da peste - se enquadra então num conjunto de temores, onde sobressaem também o medo da Guerra e da fome. (TEIXEIRA, 1993. p. 23)

A morte é a cessação definitiva da vida para o ser humano¹³. Caracterizada no imaginário social, torna-se o centro de reflexões da sociedade e a sua compreensão só é possível pela construção de uma simbologia sobre o que é a morte e sobre o que é morrer. A influenza de 1918 alterou ritos que eram parte dessa simbologia.

Segundo Philippe Ariès (1989) até o século XIX predominou no Ocidente a aceitação da morte como elemento indissociável da vida. Os atos referentes à morte reforçavam a solidariedade entre as pessoas. Porém, quando a morte acontece em períodos de graves crises”, como foi a Influenza de 1918 ela torna-se “um elemento perturbador à sociedade.” (SANTOS, 2006. p. 135-136)

Ainda segundo Santos (2006) diante da Peste se “desaparecem os ritos, as atitudes sociais modificam-se, levando à instabilidade das normas. As visões do apocalipse integram-se no imaginário social, instalando nas cidades o medo às epidemias, colaborando na desagregação sociais” (SANTOS, 2006, p. 136).

Para os vivos é uma tragédia o abandono dos ritos apaziguadores que em tempo normal acompanham a partida deste mundo. Quando a morte é assim desmascarada, “indecente”, dessacralizada, a esse ponto coletiva,

¹³ Definição de morte para o dicionário Michaelis (2006).

anônima e repulsiva, toda a população corre o risco do desespero ou da loucura, sendo subitamente privada das liturgias seculares que até ali lhe conferiam nas provações dignidade, segurança e identidade. (DELUMEAU, 1999. p. 181).

Entre os episódios históricos de medo coletivo, os períodos epidêmicos se destacam, porque eles criam “pânico coletivo” em intervalos mais ou menos próximos (DELUMEAU, 1990. p. 154), além de gerar uma “perda de laços comunitários”. (SANTOS, 2006. p.135).

Isso aconteceu por volta de 430 a.C com a *Peste de Atenas* onde “as pessoas não respeitavam os rituais fúnebres, queimando seus mortos em piras alheias” (TUCÍDIDES, *A Guerra do Peloponeso* Volume II, p. 52 *apud* DRAEGER, 2005. p. 64). Aconteceu com a *Peste Negra* na Europa medieval, onde “tão grande era o número de mortos que, escasseando os caixões, os cadáveres eram postos em cima de simples tábuas.” (BOCCACCIO, 1979, p. 16 *apud* SANTOS, 2006. p. 135) e aconteceu durante a Influenza de 1918 também, como na passagem abaixo:

Porque lá se morria, a toda a hora. Mas eis o que eu queria dizer: – vinha o caminhão de limpeza pública, e ia recolhendo e empilhando os defuntos. Mas nem só os mortos eram assim apanhados no caminho. Muitos ainda viviam. Mas nem família, nem coveiros, ninguém tinha paciência. Ia alguém para o portão gritar para a carroça de lixo: – Aqui tem um! Aqui tem um! E, então, a carroça, ou o caminhão, parava. O cadáver era atirado em cima dos outros. Ninguém chorando ninguém. (Rodrigues, 1967, p. 73 *apud* SANTOS, 2006. p. 138)

Se o “medo e a presença avassaladora da morte levavam à alteração das normas sociais durante as epidemias” (SANTOS, 2006. p. 141) também levaram a uma dessensibilização com a morte, como na citação acima. Essa dessensibilização que ocorreu durante a Influenza de 1918 desencadeou “efeitos psicológicos que não podem ser devidamente aquilatados só pelo ângulo quantitativo, devendo-se considerar os outros significados daquela experiência”. (BRITO, 97. p. 27), como o aspecto psicológico resultado do medo e da ruptura das continuidades.

3.2 - PSICOLOGIA

A epidemia tem uma espécie de individualidade histórica. Daí a necessidade de usar com ela um método complexo de observação. Fenômeno coletivo, ela exige um olhar múltiplo; processo único, é preciso descrevê-la no que tem de singular, acidental e imprevisto. (Foucault, 1980, p. 27 *apud* BARATA, 1987. p. 9)

Segundo Sigmund Freud, em sua obra luto e melancolia (RIVERA, 2012. p. 234), não basta que o objeto desapareça para que dele possamos nos separar. É necessário um verdadeiro trabalho psíquico para a perda, chamado por Freud de "trabalho do luto", que seria um procedimento lento e doloroso, através do qual a pessoa enlutada renuncia a sua perda, dele se desligando de maneira emocional, daí a analogia com os velórios, que é o momento dos vivos se separarem dos mortos, deles se despedindo e dando então significado ao rito, pois seria um momento, tanto para os mortos, quanto para a salvação dos mortos.

Para ele era necessário, que os seres humanos passassem pelo processo de luto, para que seja algo assimilado, como consequência da Influenza de 1918, as pessoas não conseguiam, na maioria das vezes, passar por todas essas fases. Essa impossibilidade de cumprir todas as fases do luto, junto a mudança imposta aos ritos e seus significados foi a causa de dessensibilização em 1918.

Lidar com a morte cotidianamente é algo traumático, em situações como foi a Influenza de 1918 as pessoas não tinham tempo para a realização do ritual de despedida, pois se morria muito rápido. Esse ritual iria ajudar aos sobreviventes “a identificar e expressar seus sentimentos, e a dizer um adeus apropriado”. (LISBÔA e CREPALDI, 2003. p. 105).

Além de não ter tempo para os rituais de luto havia o desrespeito aos mortos que parece ter representado uma infração social intolerável, durante o período, “o que suscitou indignação e medo não só pelos aspectos visíveis da crise — a exposição de cadáveres nas ruas —, mas, sobretudo, pelo que estava implícito na cena pública, a degradação da morte.” (BRITO, 97. p. 27)

Que diferença do tratamento reservado em tempo comum aos doentes que parentes, médicos e padres cercam de seus cuidados diligentes! Em período de epidemia, ao contrário, os próximos se afastam (...) Desse modo, as relações humanas são totalmente conturbadas: é no momento em que, de hábito, eles se encarregavam dos cuidados - que se abandonam os doentes. O tempo de peste é o tempo de solidão (DELUMEAU, 1999. p. 170)

Em uma epidemia a análise da atuação do Estado, as práticas de intervenção, as consequências sociais e os comportamentos humanos durante uma epidemia se fazem importantes em cada período histórico, pois no decorrer do tempo, o resultado dessa análise auxilia na criação de mecanismos a serem usados para prevenir a sociedade do devastador impacto social e individual trazido por ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disseminação da doença foi tão rápida que em poucos dias as funerárias estavam com as suas capacidades esgotadas. Além disso, não havia coveiros suficientes nos cemitérios. Não havia transportes disponíveis para transportar os corpos. A polícia levava vários dias para recolher os corpos das casas. Diante do mal cheiro, as pessoas começaram a descartar os defuntos nas calçadas e vias públicas até que pudessem ser recolhidos. Além disso, muitas crianças foram levadas para orfanatos por terem ficado órfãs de pai e mãe em virtude da pandemia. Algumas delas ainda eram bebês, e, portanto, precisam de amas de leite para serem alimentadas.

Falsos milagres e remédios milagrosos eram anunciados nos jornais. Mas nenhum deles prevenia ou curava de fato a doença e, apesar disso, as farmácias começaram a cobrar mais caro por eles. Nesse mesmo aspecto, as funerárias começaram a pedir grandes quantias para enterrar os mortos. Muitas famílias, por falta de recursos, se viram obrigadas a enterrar os seus parentes como indigentes. Logo, um grande número de indigentes foi enterrado na época. Sendo que “a calamidade vitimou, sobretudo os pobres e a população negra”, pois a população iludida “por estatísticas maquiadas e remédios ineficazes (...) ficou à mercê do vírus até o declínio espontâneo da doença, que também provocou forte recessão”. (SCHWARCZ e STARLING, 2020. Contracapa).

É certo que a Influenza de 1918 trouxe consequências desastrosas não só para o Brasil, como também para o mundo todo. A partir da leitura dos jornais da época, é possível verificar o contexto em que a sociedade estava inserida quando da chegada da Influenza de 1918 no Brasil. Há publicações a respeito dos primeiros infectados, da reação das pessoas, do impacto nos hospitais e nas santas casas, da desordem social, da resposta tardia do governo e, conseqüentemente do elevado número de mortos. A pandemia da Influenza de 1918 no Rio de Janeiro se prolongou por quase três anos - de setembro de 1918 a dezembro de 1920 -, e foi a mais mortal da história brasileira, até então.

Não é possível medir as consequências absolutas de um surto pandêmico em uma sociedade, assim como não é possível prever o seu término, todavia sabe-se que é sempre desastroso, pois quando uma ameaça pandêmica chega em território nacional isso abala os princípios democráticos do Estado, já que ela vai alterar de

maneira estrutural instituições fundamentais para a organização daquela sociedade, como o governo, a Igreja e a família.

Esse tipo de ameaça que uma pandemia causa ainda vai abalar a sociedade em sua certeza na eternidade das crenças, na certeza nos significados atribuídos a essas crenças e, também, na certeza nos seus símbolos e signos. Pode-se afirmar que os símbolos e signos fazem parte do processo de organização da sociedade, ou seja, ela se organiza por meio deles, assim como eles são organizados por ela. Então, por essa razão, o medo não era apenas o da morte do homem, mas sim o da morte das certezas.

Uma dessas 'certezas' abaladas pela Influenza era a certeza do ser humano em sua imortalidade, pois em momentos como foi a Influenza de 1918 se morrerem tantos e tão rapidamente que já não era possível cumprir todas as etapas do rito. Rito esse que permitia aos vivos viverem o seu luto e seria aos mortos o momento em que eles passariam de corpos para alma, conseguindo, assim, a imortalidade e virando memória. Penso então, que foi essa impossibilidade das pessoas cumprirem todos atos dos ritos e passarem por todo o trabalho do luto a razão de como houve o processo da dessensibilização na morte durante a Influenza de 1918.

Por fim, o comportamento humano e as suas emoções são cruciais no combate à propagação de doenças. É preciso dar importância aos fatores psicológicos e emocionais porque eles são inevitavelmente afetados perante eventos traumáticos. Afinal, são as pessoas as responsáveis pela prevenção e também pela propagação da doença.

Referências Bibliográficas

I. Fontes:

I.I: Periódicos.

O CORREIO DA MANHÃ (RJ). Edições diversas. 1910 – 1919 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=0. Acesso em 05 dez. 2020.

O PAIZ (RJ). Edições diversas. 1910 - 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=0. Acesso em 05 dez. 2020.

GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ). Edições diversas. 1900 – 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=0. Acesso em 05 dez. 2020.

A NOITE (RJ). Edições diversas. 1911 – 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_01&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=0. Acesso em 05 dez. 2020.

II. Bibliografia

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Epidemias. **Cadernos de Saúde Pública**, RJ., 1987, vol 3, n 1, p. 9-15. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X1987000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso 05 dez. 2020.

BERTOLI FILHO, Cláudio. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918: Epidemia e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BRASIL, Bruno. **O PAIZ**. Biblioteca Nacional Digital, 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>. Acesso em: 05 dez. 2020.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DRAEGER, Andréa Coelho Farias. Para além do lógos: a peste de Atenas na obra de Tucídides. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2005, v 2, n. 1, p. 225-228. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000100015. Acesso em 05 dez. 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Noite. In: ABREU, A. et al. (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**, vol. IV. Rio de Janeiro: Editora FGV; Cpdoc, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a>. Acesso em 05 dez. 2020.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOULART, Adriana da Costa. **Um cenário mefistofélico: gripe espanhola no Rio de Janeiro**. Niterói 2003.

GOULART, Adriana da Costa.: Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 2005, v. 12, n. 1, p. 101-42. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n1/06.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2020.

HAYS, J. N. **The burdens of disease: epidemics and human response in western**. Rutgers University Press, 2ª Ed. 1998.

HUMPHRIES, Mark Osborne. **The Last Plague: Spanish Influenza and the Politics of Public Health in Canada**. Toronto: University of Toronto Press, 2013.

KIND, Luciana e CORDEIRO, Rosineide. Narrativas sobre a morte: a gripe espanhola e a covid-19 no Brasil. **Rev. Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, 2020, v. 32, e020004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100403>. Acesso em 05 dez. 2020.

KOLATA, Gina Bari. **Gripe: a história da pandemia de 1918**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A Imprensa como fonte: apontamentos Teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Bilros**, Fortaleza, 2016, v. 4, n. 6, p. 11-29. Disponível em: <<http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938>>. Acesso em 05 dez. 2020

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LEAL, Carlos Eduardo. Gazeta de Notícias. In: **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. [200-?]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias#:~:text=O%20objetivo%20do%20peri%C3%B3dico%20no,e%20pela%20proclama%C3%A7%C3%A3o%20da%20Rep%C3%ABlica.&text=Em%201879%2C%20a%20Gazeta%20de,brasileiro%20a%20instalar%20uma%20rotativa>>. Acesso em 05 dez. 2020

LISBOA, Márcia Lucrecia; CREPALDI, Maria Aparecida. Ritual de despedida em familiares de pacientes com prognóstico reservado. **Paidéia**, Ribeirão Preto, 2003, v. 13, n. 25, pág. 97-109. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2003000200009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 05 dez. 2020.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. **O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006. Disponível em <https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_PESSANHA_Andrea_Santos_da_Silva-S.pdf>. Acesso em 05 dez. 2020

RIVERA, Tania. **Luto e melancolia**, de Freud, Sigmund. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, 2012, n. 94, pág. 231-237. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000300016>. Acesso em 05 dez. 2020.

RODRIGUES, Nelson. **A menina sem estrela**. Editora Companhia das Letras. São Paulo: 1994.

SALES, Manuel Ferraz de Campos. **Da Propaganda à Presidência**. Reedição. Brasília: UNB - Coleção Temas Brasileiros, 1983.

SANTOS, Ricardo Augusto. O carnaval, a peste e a 'espanhola'. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, 2006, vol 13, n. , p. 129-158. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702006000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 05 dez. 2020.

SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. **A bailarina da Morte A gripe espanhola no Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo: 2020.

SILVEIRA, Marcos da Silva. Modernos ou tradicionais, os ritos sobrevivem, . [Entrevista concedida a Annalice Del Vecchio e Luciana Romagnolli]. **GAZETA DO POVO**, setembro, 2010.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A epidemia de gripe espanhola: um desafio à medicina baiana. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, 2008, vol. 15, n. 4, p. 945-972. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000400004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 05 dez. 2020.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A gripe espanhola em Salvador, 1918: cidades de becos e cortiços. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, 2005, vol 12, n 1, p. 71-99. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702005000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 05 dez. 2020.

TAUBENBERGER Jeffery K; MORENS, David. 1918 influenza: the mother of all pandemics. **Emerging Infectious Diseases**. 2006, vol. 12, n. 1. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/31591640_1918_Influenza_The_mother_of_all_pandemics>. Acesso em 05 dez. 2020.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. **Medo e morte: sobre a epidemia de gripe espanhola de 1918**. UERJ/IMS, Rio de Janeiro, 1993.

TREVISAN, R. Livro Michaelis: **Moderno dicionário da Língua Portuguesa**. Brasil: Melhoramentos, 2006.

ANEXOS

Anexo 1

ESTATISTICA DOS MORTOS

X X

A policia, com os dados que lhe foram fornecidos pelos administradores dos cemiterios, organizou, hontem, uma estatistica geral dos mortos, do dia 12 a 30 do corrente, faltando apenas os dados dos cemiterios de Inhaúma e Murundú.

No total apresentado (7.667) foram accrescentados mais 4 obitos verificados no dia 28 na ilha do Governador e 59 corpos sepultados hontem, no cemiterio de Irajá, attingindo, assim, o total a 7.730.

A média diaria, de mortes, segundo a estatistica da policia, era até hontem, de 403.

DIAS	S. Francisco Xavier	São João Baptista	Irajá	Jacarepaguá	Campo Grande	Santa Cruz	S. Fco. Paula e Catumbé	Institutos do 12 a 30	S. Francisco Pinitencia	Ordem do Carmo	Total	Diário
12												23
13												31
14	43											97
15	62											86
16	100											159
17	103											170
18	133											206
19	140											213
20	152											258
21	398											544
22	480											673
23	514											442
24	588											722
25	688											920
26	485											739
27	402											628
28	428											623
29	379											474
30	137											352
Total.	5.132	1.401	580	194	118	135	34	71	59	66	7.726	
												4
												7.730

Dia 28 — Ilha do Governador

Fonte: (Correio da Manhã, 1018, Edição 07187. p. 1).

Anexo 2



Fonte: Sampaio Vianna, Rio de Janeiro: Diretoria Geral da Saúde Pública (1918 p.53, apud Goulart, 2003).

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu Fanny Carvalho Borges de Faria, inscrita no CPF 037.548.591-02, declaro para os devidos fins, que sou autora do trabalho de conclusão de curso intitulado O PROCESSO DE DESSENSIBILIZAÇÃO DURANTE A INFLUENZA DE 1918, apresentado à Universidade de Brasília, para obtenção do título de licenciatura em História e que qualquer assistência recebida em sua preparação está divulgada em seu conteúdo.

Declaro, ainda, que cito todas as fontes das quais obtive os dados, idéias ou palavras, usando diretamente aspas ou parafrazeando, em quaisquer meios empregados, sejam eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros tipos.

Por fim, declaro que o presente trabalho está de acordo com os ditames da Lei nº 9.610/1998 e que recebi da instituição, bem como de seus professores, a orientação correta para assim proceder, me responsabilizando exclusivamente por quaisquer irregularidades.

Fanny Carvalho Borges de Faria

Brasília - DF, 09 de dezembro de 2020.